

PROCESSO Nº 9900141506/2025

Referência: Resposta ao pedido de Impugnação do Edital pela Cs Brasil Frotas S.A no Pregão Nº. 90002/2025.

Trata-se de pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos automotores (sem motorista e sem combustível), por demanda, com quilometragem livre, manutenção, substituição imediata, seguro total com reboque, rastreamento e monitoramento em tempo real da frota de veículos, guincho e demais encargos pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atendimento das necessidades da Niterói Trânsito S.A

O pedido de impugnação foi encaminhado no dia 15/12/2025, às 17:29, por meio de correspondência eletrônica enviada pela impugnante Cs Brasil Frotas S.A

DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Com fulcro no Art. 56, § 1º da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa-se a verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade da impugnação sob os aspectos da legitimidade, competência e tempestividade.

No tocante a Legitimidade, a leitura do Art. 58, da Lei Federal nº 9.784/1999, assevera que têm legitimidade para interpor recurso administrativo, o interessado pelo ato eventualmente contestado, como no presente caso, de modo que se atesta a legitimidade da exordial impugnatória.

Ao se analisar a Competência, verifica-se que no bojo da petição de impugnação, foi observado o endereçamento para autoridade condutora do certame, conforme promana o Art. 56, § 1º da legislação do processo administrativo.

A análise da Tempestividade, evidencia-se pelo pedido apresentado dentro do prazo legal, logo, tempestivamente e na forma exigida, nos termos da Lei Federal nº 13.303/16.

DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

Alega o impugnante, em síntese conforme anexo I, que:

Questionamento 1 – Reajuste

Questionamento 2 – Infrações de Trânsito

Questionamento 3 – Prazo de Entrega

Questionamento 4 – Encargo de mora em caso de atraso no pagamento pela contratante (omissão)

DA ANÁLISE MERITÓRIA DA IMPUGNAÇÃO

Não havendo a necessidade de manifestação da área, os autos foram endereçados a Pregoeira e a comissão de licitação a que auxiliou em conjunto

Ante o exposto, **JULGA-SE IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA**, mantendo-se integralmente as disposições editalícias relativas ao reajuste contratual, por estarem claras, juridicamente válidas e compatíveis com o regime normativo aplicável.

Determina-se o regular prosseguimento do certame, sem necessidade de retificação do edital.

Niterói 16 de dezembro de 2025

Kevison Rocha dos Santos

Presidente da Comissão de Licitação

Moana da Cunha Porto

Pregoeira